

Os trabalhadores da União Europeia e os desafios da construção europeia

Carlos Trindade

Dirigente da Comissão Executiva da CGTP-IN

Introdução

Nesta intervenção, acerca do futuro da construção da UE, vamos apresentar a seguinte tese: os cidadãos europeus e, em especial, os trabalhadores, ou sentem que a construção da União Europeia lhe permite melhores condições de vida e de trabalho ou, no mínimo, que se mantêm, e envolvem-se e empenham-se nesse processo ou, em última análise, não se opõem, ou se, pelo contrário, sentem ou pressentem que essa construção coloca (ou pode vir a colocar) em risco os padrões que actualmente existem, não só não a apoiarão como se posicionarão contra o seu êxito.

Esta Tese tem, pois, como objecto valorar a participação e empenhamento dos trabalhadores, em especial, e dos cidadãos, em geral, na construção da UE e quais são as condições necessárias para as concretizar.

Valores do Projecto Europeu

O projecto de construção da UE tem vindo a ser construído desde há 50 anos sob o pressuposto elementar de que os Países que o integram têm um História, uma Cultura e um estágio de desenvolvimento económico e social específico, produto do seu próprio processo histórico e social.

A construção da UE sustentou-se, desde sempre, nesta diversidade plenamente assumida desde o Tratado de Roma de 1957, que instituiu a C.E.E.

É desta análise que emanam os princípios de **Coesão, Igualdade** e de **Harmonização no Progresso**. Um dos instrumentos comunitários que operacionaliza estes princípios é o dos Fundos Estruturais (FEOGA, FEDER e FSE). Depois do Acto Único Europeu, os Fundos de Coesão, actualmente designados QREN, reforçaram estes instrumentos que contribuem decisivamente para o desenvolvimento dos Países com maiores debilidades económicas e sociais de forma a que os seus níveis de vida se aproximem das médias europeias.

É esta compreensão, estes princípios (além de vários outros, donde destacamos os **Direitos do Homem**) e estes instrumentos que dão à construção europeia, no seu trajecto de 50 anos, a sua singularidade específica no panorama político mundial. São estes princípios que estruturam o **Modelo Social Europeu**, que contribuiu decisivamente para que os cidadãos europeus e, em particular, os trabalhadores, tivessem alcançado níveis de **Bem Estar** e **Coesão Social** inigualáveis num Mundo Global onde largas centenas de milhões de seres humanos são vítimas de desigualdades e de discriminações e vivem na fome e na miséria, situação tanto mais escandalosa quanto os interesses económicos e financeiros alcançam lucros hiper elevados.

Identidade ou Identidades?

A União Europeia é um “espaço” plural que aceita e incorpora a História do Continente Europeu em todas as suas dimensões e com todas as suas contradições.

Existem e coexistem, pois, duas referências axiais que se entrecruzam no processo de construção europeia:

- *A História e a Cultura de cada Povo e de cada Estado Nação;*
- *O próprio ideal em si da construção europeia*

Existem, portanto, uma pluralidade de identidades que são complementares e não antagónicas. Aliás, a superação, por meios pacíficos, deste antagonismo (sem escamotear, obviamente, os conflitos de interesses entre os Estados Membros, que continuam naturalmente a existir) é uma das grandes conquistas do processo de construção europeia.

Uma visão e um distanciamento histórico indicam qual é um dos “segredos” do êxito do projecto europeu até ao presente momento: a assumpção plena, o respeito completo e um

equilíbrio delicado entre uma pluralidade de identidades (nacionais) e de uma identidade plural (europeia).

O Papel dos Migrantes

A História europeia (e também a de muitos Países da EU, entre eles Portugal) é também uma História dos movimentos migratórios. A Europa e os Países europeus que hoje existem não seria possível sem o contributo fundamental dos migrantes. Quantos “*milagres*” não foram construídos com o “*sangue, suor e lágrimas*” de migrantes (incluindo o de muitas centenas de milhares de portugueses), desde o “*alemão*” dos anos setenta do século passado ao “*espanhol*” desta década?

Actualmente, na EU, distingue-se “*imigrantes*” de “*cidadãos comunitários*”. Aqueles são originários de países não comunitários; estes de Estados – Membros.

Portugal, hoje, na UE é uma placa giratória de fluxos migratórios e no qual se podem estudar as suas causas e consequências. Nos últimos 15 anos entraram e regularizaram-se aproximadamente 500.000 imigrantes no nosso País e estima-se que existam aproximadamente mais 150.000 para regularizar pois que trabalham de forma irregular. Paralela e surpreendentemente, continuam a sair dezenas de milhares de trabalhadores portugueses para os vários países da EU. Na década de noventa do século passado saíram 300.000, á media anual de 30.000 e, nos primeiros anos deste século, este movimento não decresceu.

A causa fundamental deste fenómeno é o modelo de desenvolvimento nacional caracterizado genericamente por sectores de mão de obra intensiva mal qualificada e mal remunerada e reduzida gestão empresarial. A generalidade das empresas, confrontadas com a necessidade de aumentarem a sua produtividade e competitividade, em vez de investirem em incorporação tecnológica, marketing agressivo, logística flexível e eficaz, formação e qualificação de activos, gestão por objectivos e outras formas empresariais modernas, mantêm o mesmo modelo com uma alteração significativa: substituem a mão-de-obra nacional (que recorre novamente á emigração) por mão-de-obra imigrante. Neste processo de substituição de mão-de-obra, transitivamente, essas empresas recuperam produtividade e competitividade mas mantêm estruturalmente a sua matriz. Isto significa que, a prazo, de novo terão os mesmos problemas que hoje têm.

Os trabalhadores portugueses que saem de Portugal têm uma dupla condição:

- ***Sociologicamente***, são migrantes, seja devido ás causas das saídas (vão por necessidade material) seja devido ás (más) condições de trabalho e de vida que, na generalidade, usufruem no País de acolhimento;
- ***Política e Juridicamente***, porém, são cidadãos comunitários que se movimentam e trabalham entre Estados Membros ao abrigo da livre circulação de cidadãos.

È devido a esta dupla condição que assistimos, em Portugal, ás frequentes denúncias públicas das situações degradantes e constrangedoras em que se encontram muitos dos nossos compatriotas.

Há também uma outra situação social que permite caracterizar estes movimentos contemporâneos de saídas como “*fluxos emigratórios*”: o facto de muitos dos nossos compatriotas, no país de acolhimento, receberem salários inferiores e praticarem horários de trabalho superiores aos legalmente instituídos. Esta prática infractora, designada “***dumping social***”, aumenta e fortalece a economia clandestina, provoca prejuízos sérios aos trabalhadores directamente envolvidos e a todos os restantes, possibilita uma concorrência desleal entre empresas e ataca e enfraquece os sistemas de protecção social e fiscal. A única entidade beneficiada é a empresa incumpridora!

Contudo, esta situação, sucintamente descrita, passa-se com todos os migrantes e se apresentamos o caso dos nossos compatriotas é como “caso de estudo” já que o mesmo se

passa, inclusive de forma mais agravada e agressiva, com os que são originários de países não comunitários.

As Causas do surgimento do Fenómeno Racista e Xenófobo

È neste contexto concreto, por um lado e, por outro, devido á existência de dificuldades sociais provocadas quer pelo aumento do desemprego quer pela crise dos sistemas de protecção social, que o perigo do surgimento do fenómeno racista e xenófobo surge nas Sociedades de acolhimento.

O racismo e a xenofobia são expressões agressivas de receios, materiais e psicológicos, dos cidadãos perante problemas sociais e políticos concretos e de difícil compreensão. A extrema – direita, ideológica e orgânica, fazem do “outro”, o “diferente” (devido á cor da pele, á nacionalidade ou, inclusive, á religião que professam) a causa desses problemas.

Significativamente, este tipo de mensagens (como as recentemente difundidas pelo PRN) expressa, de forma mais ou menos subliminar, três dimensões distintas mas que se articulam entre si:

- A existência de **problemas sociais** concretos (o desemprego, a segurança social);
- A valorização do “**trabalhador nacional**”, a quem deve ser dada a máxima protecção;
- A **responsabilização dos imigrantes** seja pelos problemas sociais e políticos existentes seja pelas dificuldades sentidas pelos trabalhadores do País de acolhimento.

Esta mensagem, que se sustenta da ideia, inculcada durante gerações no inconsciente colectivo, do Estado – Nação tradicional (dai o seu “**nacionalismo**” assumido e exacerbado) suporta-se, porém, de um facto concreto e objectivo: os problemas sociais e políticos existentes na Sociedade. Esta é a “*fonte*” da qual se alimenta a extrema direita; o resto é subsequente. Ou seja, sem dificuldades sociais reais e sentidas pelos cidadãos a sua mensagem não teria (ou terá) acolhimento.

No nosso entendimento, as verdadeiras causas da situação presente são as teorias e práticas neoliberais que, utilizando o rápido desenvolvimento e inovação científica e tecnológica da Globalização, tem como proposições a individualização absoluta das relações sociais e a redução ao extremo das funções sociais do Estado ao invés da construção colectiva e solidária de Bem Estar e coesão social através de múltiplas formas de partilha da riqueza.

Os migrantes estão, pois, directa ou indirectamente, no centro do processo social e político.

E a sua situação agudiza-se se, no país de acolhimento, os respectivos cidadãos observam que o “*dumping social*” de que **todos** são vítimas, tem como agente (passivo) o(s) imigrante(s). Mas, atenção!, não são só os imigrantes que são as vítimas (inocentes) deste processo. A própria Sociedade fica politicamente prisioneira e, no seu seio, surgem a exclusão e a discriminação social acompanhadas pelo reforço securitário. È a própria coesão social que fica em causa!

O fundamental, pois, é correlacionar esta situação com o afrontamento e enfraquecimento dos princípios de **Coesão, Igualdade, Harmonização no Progresso** e de defesa dos **Direitos do Homem** acima referidos. O “*dumping social*”, a cujo crescimento assistimos nas nossas Sociedades Democráticas, tem, assim, uma importância muito superior á que aparenta possuir.

Políticas de Integração

Neste quadro, é, portanto, compreensível que a nossa primeira e principal afirmação seja que **todas as políticas de integração devem ter uma visão de efectivação do princípio de igualdade de condições sócio – laborais no País de acolhimento.**

Seja para os imigrantes de países não comunitários seja para os cidadãos de Estados membros a trabalharem noutro Estado membro, esta terá que ser uma matéria perfeitamente clara. A Comissão Europeia e o poder político dos Estados membros têm o dever e a responsabilidade

política de instruir os poderes públicos (IGT, Ministério Público, outras entidades inspectivas, etc.) para agirem neste sentido bem como apoiarem os sindicatos e outras entidades que actuam nesse campo.

Mas esta não é uma posição retórica! Sabemos que o Poder Político, ou assumidamente ou condicionado fortemente pelo neoliberalismo, muitas vezes não tem uma acção neste sentido.

Porém, apesar de todas estas imensas dificuldades e da fortíssima influência do Poder Económico, se temos que ser muito exigentes temos também que ter consciência que é possível, em cada situação concreta, convocar e aglutinar forças e vencer combates.

Ainda recentemente, aquando da discussão da proposta de Directiva Bolkenstein (cujo real objectivo era o de legalizar o “*dumping social*” á escala europeia através da aplicação do chamado “*princípio do país de origem*”), foi possível congregar forças e, através da luta dos sindicatos, coordenados pela CES, em estreita acção com deputados do parlamento Europeu de **todas** as famílias políticas, derrotar os seus principais objectivos.

Se esta proposta tivesse sido aprovada, podemos prever que o seu conteúdo teria contribuído, de uma forma inimaginável, para a dissolução social e para a criação de problemas políticos de primeira grandeza.

Por isto, sem retórica e com todo o sentido das responsabilidades, defendemos que as políticas de integração não se referem exclusiva e unicamente aos imigrantes ou aos cidadãos de Estados membros; a sua importância estende-se a toda a Sociedade.

Os cidadãos em geral e os trabalhadores em particular se sentirem (ou pressentirem) que “*o estado da coisa*” caminha no sentido do **Bem Estar** e da **Coesão Social**, empenham-se e participam e a evolução realiza-se; se o caminho for no sentido contrário, opõem-se com a mesma determinação.

A História recente demonstra esta asserção